

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

PORTARIA Nº 91/CREMESP, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

A Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (CREMESP), no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, resolve:

Exonerar, a pedido, a partir do dia 13/12/2021, a Sra. Nathalia Santo Suosso Soares, RG 44.042.653-4 do cargo de Oficial Administrativo.

IRENE ABRAMOVICH

**CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DE SERGIPE**

PORTARIA Nº 131, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2021

O Presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe, no uso das atribuições legais e regimentais, que lhe confere a Lei 3.268/57 de 30 de setembro de 1957, regulamentada pelo Decreto nº 44.045, de 19 de julho de 1958, respectiva e posteriormente alterados pela Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, e Decreto nº 6.821, de 14 de abril de 2009; resolve:

Art. 1º - Exonerar o(a) Servidor(a) Público MARIA EUGENIA PATROCÍNIO DOS SANTOS, Matrícula 50, do cargo de provimento efetivo AUXILIAR ADMINISTRATIVO, a partir de 29/11/2021.

Parágrafo único. A exoneração de que trata este artigo se dá a pedido do(a) próprio(a) servidor(a), conforme Requerimento Protocolado sob nº 860/2021.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a 29/11/2021.

JILVAN PINTO MONTEIRO

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 3ª REGIÃO**

PORTARIA CRP-03 Nº 8, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O Presidente do Conselho Regional de Psicologia da 3ª Região, Bahia, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhe confere a Lei nº 5.766/71, resolve:

Art. 1º - Exonerar a Senhora, Jamile Tamandaré da Silva, do cargo comissionado de Secretariado Executivo para Assistência e Assessoramento direto a Diretoria, no âmbito do CRP-03. Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

WASHINGTON LUAN GONÇALVES DE OLIVEIRA

**Editais e Avisos****MINISTÉRIO DA SAÚDE  
SECRETARIA EXECUTIVA****SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE  
EM MINAS GERAIS****SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 41/2021

Processo nº 25003.007143/2019-61

O CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, torna público aos familiares do(a) ex servidor(a) MARIA SAMPAIO MONTES, SIAPE 553247, CPF 166.648.416-49, ocorrido em 19/07/2019, que se encontram em local incerto e não sabido, que não foi verificada qualquer manifestação escrita a respeito das notificações encaminhadas por meio dos Ofícios nº 756, de 10/08/2021, e nº 55, de 28/01/2021, referente ao Processo Administrativo SEI 25003.007143/2019-61. Caberá manifestação no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos a contar da publicação desta Notificação, na forma do art. 10 da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Maiores esclarecimentos, entrar em contato pelo e-mail rhnucleomg@saude.gov.br.

PATRICK DOS SANTOS SODRÉ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 42/2021

Processo nº 25003.003547/2019-86

O CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, torna público aos familiares do(a) ex servidor(a) EUNICE SCHEID MASCARENHAS, CPF 245.618.436-04, ocorrido em 11 de fevereiro de 2019, que se encontram em local

**SECRETARIA-GERAL**

EDITAL SG/MPU Nº 90, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

A SECRETÁRIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o que dispõe o art. 2º da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5/7/2013, e o art. 9º - inciso I da Lei nº 13.316 de 20/07/2016, consoante informações prestadas no expediente PGR-00455389/2021, resolve tornar público o presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO destinado a ocupantes de cargos de Analista e Técnico do Ministério Público da União, observadas as disposições abaixo:

**1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1 O presente EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CONCURSO DE REMOÇÃO observará o seguinte cronograma:

1.1.1 Serão aceitas as inscrições previamente registradas no sistema Hórus e válidas até às 23h59 do dia 16/12/2021, horário oficial de Brasília.

1.1.1.1 Para fins de vigência das inscrições, utilizar-se-á como parâmetro o horário oficial de Brasília.

1.1.2 Divulgação do Resultado Preliminar até às 19 horas do dia 17/12/2021, no endereço eletrônico <http://www.mpu.mp.br/concurso-de-remocao/pagina-candidato>.

1.1.3 Prazo de Desistência e Registro de Impugnações das 19 horas do dia 17/12/2021 até às 23h59 min do dia 20/12/2021, horário oficial de Brasília.

1.1.4 Divulgação do Resultado Final no dia 22/12/2021, no Diário Oficial da União.

**2. DOS REQUISITOS PARA A PARTICIPAÇÃO NO CONCURSO**

2.1. Poderão participar do certame os servidores ocupantes dos cargos de Analista ou Técnico da carreira do Ministério Público da União, desde que:

a) tenham entrado em exercício até 22/12/2020 no atual cargo efetivo, considerando que o resultado do concurso será divulgado em 22/12/2021;

b) não tenham sido removidos há pelo menos 1 (um) ano, por meio de concurso de remoção, considerado a partir da publicação da portaria de remoção, observando-se o lapso temporal até a divulgação do resultado final;

c) não tenham sido removidos há pelo menos 1 (um) ano, por meio de permuta, considerado a partir da publicação da portaria de remoção, observando-se o lapso temporal até a divulgação do resultado final.

**3. DA INSCRIÇÃO**

3.1 A inscrição para o Concurso de Remoção objetiva o preenchimento das vagas ofertadas no presente certame, bem como das vagas remanescentes decorrentes do seu processamento.

3.1.1 O quadro de vagas ofertadas será publicado no endereço eletrônico <http://www.mpu.mp.br/concurso-de-remocao/pagina-candidato> até às 19 horas do dia 17/12/2021.

3.2. Serão consideradas as inscrições dos servidores do Ministério Público Federal realizadas mediante preenchimento de formulário eletrônico disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/opcao> "GPSNet 2.0", menu "Concurso de Remoção Periódico", opção "Registrar Intenções de Unidade".

3.3. Serão consideradas as inscrições dos servidores dos demais ramos do Ministério Público da União realizadas mediante preenchimento de formulário eletrônico disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/opcao> "Concurso de Remoção Periódico - Registrar Intenções".

3.4. Não serão consideradas, para fins de participação deste certame, inscrições realizadas após o prazo estabelecido no item 1.1.1 deste Edital. Dessa forma, considerar-se-á como extemporânea e sem nenhuma validade qualquer inscrição feita fora desse período.

3.5. A participação no certame está condicionada à inscrição realizada pelos meios eletrônicos indicados nos itens 3.2 e 3.3, sendo vedada qualquer outra forma de inscrição.

3.6. Os servidores que efetuarem a inscrição para as unidades de lotação ainda não instaladas, em caso de êxito na remoção, oficialarão temporariamente nas unidades existentes conforme quadro abaixo:

UF	UNIDADE	UNIDADE DE OFÍCIO
AP	PRM-LARANJAL DO JARI	PR-AP
AP	PRM-OIAPOQUE	PR-AP

incerto e não sabido, que as notificações encaminhadas por meio do Ofício nº 1016, de 11/11/2021 que trata da manifestação sobre a reversão ao erário de valores, referente ao Processo Administrativo SEI 25003.003547/2019-86, foram devolvidas pelos Correios, não sendo, portanto, verificada qualquer manifestação escrita. Caberá manifestação no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos a contar da publicação desta Notificação, na forma do art. 10 da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Maiores esclarecimentos, entrar em contato pelo e-mail rhnucleomg@saude.gov.br.

PATRICK DOS SANTOS SODRÉ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 43/2021

Processo nº 25003.009039/2018-21

O CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, torna público aos familiares do(a) ex servidor(a) DELMIRA SOUZA DAMASCENO, CPF 889.290.606-25, matrícula SIAPE 03845796, falecido(a) em 16/10/2018, que se encontram em local incerto e não sabido, que as notificações encaminhadas por meio dos Ofícios nº 58, de 29/01/2021 e nº 763, de 11/08/2021 que tratam da manifestação sobre a reversão ao erário de valores, referente ao Processo Administrativo SEI 25003.009039/2018-21, foram devolvidas pelos Correios, não sendo, portanto, verificada qualquer manifestação escrita. Caberá manifestação no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos a contar da publicação desta Notificação, na forma do art. 10 da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Maiores esclarecimentos, entrar em contato pelo e-mail rhnucleomg@saude.gov.br.

PATRICK DOS SANTOS SODRÉ

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 44/2021

Processo nº 25003.002331/2018-12

O CHEFE DO SERVIÇO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DO MINISTÉRIO DA SAÚDE EM MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições, torna público aos familiares do(a) ex servidor(a) LIGIA MARIA ALVES DE LACERDA, SIAPE 01321978, CPF 453.684.906-82, ocorrido em 08/03/2018, que se encontram em local incerto e não sabido, que as notificações encaminhadas por meio do Ofício nº 776, de 12/08/2021 que trata da manifestação sobre a reversão ao erário de valores, referente ao Processo Administrativo SEI 25003.002331/2018-12, foram devolvidas pelos Correios, não sendo, portanto, verificada qualquer manifestação escrita. Caberá manifestação no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos a contar da publicação desta Notificação, na forma do art. 10 da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 5, de 21 de fevereiro de 2013, em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Maiores esclarecimentos, entrar em contato pelo e-mail rhnucleomg@saude.gov.br.

PATRICK DOS SANTOS SODRÉ

**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO  
ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA**

EDITAL PGR/MPU Nº 2, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso das atribuições previstas no inciso XX do artigo 49 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, determina:

Art. 1º A reabertura de prazo, de 4 (quatro) dias, no período de 17 a 20 de dezembro de 2021, para que membros e servidores do Ministério Público da União que se encontram em atividade, possam apresentar novos requerimentos de conversão em pecúnia do saldo de licença-prêmio não usufruído, nem computado em dobro para concessão do abono de permanência.

Parágrafo único. Permanecem em vigor as solicitações de conversão em pecúnia efetuadas na vigência do Edital PGR/MPU nº 1, de 10 de novembro de 2021, podendo ser alterados ou excluídos apenas pelos respectivos solicitantes que assim o desejarem, e apenas durante a vigência do presente Edital.

Art. 2º Somente poderão ser objeto de requerimento os quinquênios de licença-prêmio implementados até 27/5/2020, em observância ao disposto na Lei Complementar nº 173, publicada em 28/5/2020.

Parágrafo único. Os quinquênios implementados até 16/12/1998 e convertidos em pecúnia não poderão ser computados em dobro para fins de aposentadoria ou abono de permanência.

Art. 3º O atendimento do pleito observará, em qualquer hipótese, a disponibilidade orçamentária, sem a incidência de correção monetária e juros de mora, limitando-se os eventuais pagamentos aos valores principais dos períodos ou dias que venham a ser deferidos.

Art. 4º Os procedimentos de apresentação do requerimento serão definidos por cada ramo do Ministério Público da União, observando o prazo estabelecido no art. 1º.

Parágrafo único. Não serão aceitos requerimentos apresentados de maneira diversa ao definido por cada ramo do MPU.

Art. 5º Este Edital entra em vigor na data de sua assinatura.

ANTONIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MG	PRM-ITUJUTABA	PRM-UBERLÂNDIA
MG	PRM-JANAÚBA	PRM-MONTES CLAROS
MG	PRM-POÇOS DE CALDAS	PRM-POUSO ALEGRE
MT	PRM-JUÍNA	PT-MT
PA	PRM-ITAITUBA	PRM-SANTARÉM
PE	PRM-GOIANA	PR-PE
RO	PRM-GUAJARÁ MIRIM	PR-RO
SE	PRM-LAGARTO	PR-SE
SE	PRM-PROPRÍA	PR-SE
SP	PRM-BARRETOIS	PRM-RIBEIRÃO PRETO

3.6.1. Os servidores que efetuarem a inscrição para as unidades de lotação objeto de redistribuição temporária, em caso de êxito na remoção, oficializarão nas unidades existentes conforme quadro abaixo:

RAMO	UF	UNIDADE	UNIDADE REDISTRIBUÍDA
MPF	AM	PRM-TEFÉ	PR-AM
MPF	BA	PRM-BOM JESUS DA LAPA	PRM-BARREIRAS
MPF	CE	PRM-ITAPIPOCA	PR-CE
MPF	GO	PRM-ITUMBARA	PR-GO
MPF	MG	PRM-PARACATU/JUNÁI	PRM-UBERLÂNDIA
MPF	MG	PRM-VIÇOSA/PONTE NOVA	PRM-JUIZ DE FORA
MPF	MS	PRM-COXIM	PR-MS
MPF	MS	PRM-PONTA PORÁ	PRM-DOURADOS
MPF	PA	PRM-TUCURUÍ	PR-PA
MPF	PE	PRM-CABO DE SANTO AGOSTINHO/PALMARES-PE	PR-PE
MPF	PR	PRM-APUCARANA	PRM-LONDRINA
MPF	PR	PRM-JACAREZINHO	PRM-LONDRINA
MPF	PR	PRM-PARANAGUÁ	PR-PR
MPF	PR	PRM-PARANAVAÍ	PRM-MARINGÁ
MPF	PR	PRM-UNIÃO DA VITÓRIA	PRM-PONTA GROSSA
MPF	RN	PRM-ASSU	PRM-MOSSORÓ
MPF	RN	PRM-PAU DOS FERROS	PRM-MOSSORÓ
MPF	RS	PRM-CANOAS	PR-RS
MPF	RS	PRM-PALMEIRA DAS MISSÕES	PRM-ERECHIM
MPF	SC	PRM-CONCORDIA	PRM-CHAPECÓ
MPF	SC	PRM-JOACABA	PR-SC
MPF	SC	PRM-RIO DO SUL	PR-SC
MPF	SC	PRM-CONCORDIA	PRM-CHAPECÓ
MPF	SP	PRM-GUARATINGUETÁ	PRM-TAUBATÉ
MPF	SP	PRM-REGISTRO	PRM-OSASCO
MPT	CE	PTM-LIMOIEIRO DO NORTE	PRT-7ª REGIÃO/CE
MPT	CE	PTM-SOBRAL	PRT-7ª REGIÃO/CE
MPT	MA	PTM-BACABAL	PRT-16ª REGIÃO/MA
MPT	MA	PTM-CAXIAS	PRT-22ª REGIÃO/PI
MPT	MS	PTM-CORUMBÁ	PRT-24ª REGIÃO/MS
MPT	MT	PTM-ÁGUA BOA	PRT-23ª REGIÃO/MT
MPT	MT	PTM-CÁCERES	PRT-23ª REGIÃO/MT
MPT	PB	PTM-PATOS	PTM-CAMPINA GRANDE
MPT	TO	PTM-GURUPI	PTM-PALMAS

3.7. As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

3.8. A constatação de má-fé nas declarações prestadas pelos candidatos acarretará as cominações legais pertinentes, além da anulação do ato de remoção, se já efetivado, sem qualquer ônus para a Administração.

3.9. Os servidores que estiverem lotados provisoriamente, aguardando vagas para remoção por motivo de saúde, com laudo da Junta Médica Oficial, pela remoção definitiva, ou para acompanhar cônjuge ou companheiro (a), nos termos do art. 1º - § 1º, da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5/7/2013, são inscritos de ofício no presente concurso de remoção, com preferência sobre os critérios de classificação dispostos no item 4.1.

3.9.1 Quando a lotação provisória for concedida em situações de saúde transitórias, mediante parecer da Junta Médica Oficial, não haverá a inscrição de ofício do servidor.

4. DA CLASSIFICAÇÃO NO CONCURSO

4.1. Se o número de interessados for maior que o das vagas oferecidas em cada unidade de lotação, observar-se-ão, sucessivamente, para fins de classificação e, se necessário, de desempate, os seguintes critérios:

- maior tempo de serviço ininterrupto no respectivo cargo;
- maior tempo de serviço ininterrupto em cargo de provimento efetivo no Ministério Público da União;
- maior tempo de serviço público federal, somado ou ininterrupto;
- tiver maior número de filhos menores de 21 anos e dependentes econômicos registrados em seus assentamentos funcionais; e
- maior idade.

4.2. O tempo de serviço especificado nas alíneas "a", "b" e "c" do item 4.1 será apurado em dias corridos.

4.3. O tempo de serviço especificado nas alíneas "b" e "c" do item 4.1 somente será considerado averbado nos assentamentos funcionais do servidor até a data da publicação deste edital, admitindo-se a contagem do tempo de serviço nos casos em que o requerimento de averbação tenha sido protocolado até a data mencionada, desde que devidamente instruído com a certidão de tempo de serviço, não se aceitando qualquer outra forma de comprovação.

4.4. Na data prevista no item 1.1.2, a Secretaria Geral do Ministério Público da União fará a divulgação do Resultado Preliminar contendo a lista de classificação provisória dos candidatos, conforme critérios definidos no item 4.1.

4.5. Os candidatos terão o prazo previsto no item 1.1.3 para solicitarem a desistência do concurso de remoção, exclusivamente por meio do sistema Hórus no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/>.

4.5.1 Os servidores do Ministério Público Federal poderão proceder à sua desistência, mediante exclusão do registro de intenções exclusivamente por meio do sistema Hórus, opção "GPSNet 2.0", menu "Concurso de Remoção Periódico", opção "Registrar Desistência e Impugnação".

4.5.2 Os servidores dos demais ramos do Ministério Público da União poderão proceder a sua desistência, mediante exclusão do registro de intenções disponível exclusivamente por meio do sistema Hórus, opção "Concurso de Remoção Periódico - Registrar Desistência".

4.5.3 A desistência prevista neste edital refere-se somente ao presente concurso de remoção. Caso o servidor não tenha mais interesse em participar de concursos de remoção de servidores do MPU, deverá excluir suas opções registradas no sistema Hórus após o encerramento deste certame.

4.5.4 Durante o processamento do Concurso de Remoção é possível a ocorrência de reposicionamento, o qual pode se dar inclusive com participantes já posicionados, tendo em vista o atendimento dos critérios classificatórios estabelecidos neste Edital, bem como a ordem de preferência das unidades estipulada pelos candidatos no ato de inscrição.

4.5.5 As desistências ocorridas no prazo de que trata o item 1.1.3 ensejarão o reprocesso dos inscritos, respeitando-se os critérios de classificação estabelecidos no item 4.1.

4.5.6 Não se configuram prejuízo ao candidato ou descumprimento do edital o fato de servidor mais antigo ocupar vaga remanescente e não vaga disposta no quadro de vagas do presente certame.

4.6. Poderão os interessados, no período disposto no item 1.1.3, impugnar a relação dos inscritos, registrando requerimento devidamente instruído com as provas pertinentes, exclusivamente por meio do sistema Hórus no endereço eletrônico: <https://aplicativos.pgr.mpf.mp.br/horus/>.

4.7. Caso não persista o interesse pela remoção para a(s) opção(ões) registrada(s) no período de inscrição, ainda que não tenha obtido êxito até o Resultado Preliminar divulgado na forma do item 4.4, o servidor deverá efetuar a desistência total ou parcial do concurso. Todas as opções mantidas serão consideradas quando da apuração do Resultado Final.

4.8. No período de desistência de que trata o item 1.1.3, não será permitida a reinserção de qualquer opção, ainda que seja(m) a(s) anteriormente descartada(s).

4.9. Findo o prazo definido no item 1.1.3, decai o direito de desistência à remoção, não sendo avaliados quaisquer pedidos extemporâneos.

4.10. Após decididas as impugnações referidas no item 4.6, será publicada a lista de classificação no endereço eletrônico: <http://www.mpu.mp.br/concurso-deremocao/pagina-candidato>.

4.11. Não apresentadas impugnações ou decididas as que forem interpostas, a remoção far-se-á por ato do Secretário-Geral do Ministério Público da União.

5. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. O servidor lotado provisoriamente, em exercício provisório ou cedido para outro órgão, observadas as disposições do item 2.1 deste Edital, poderá participar do concurso de remoção, ficando a lotação ou o exercício consequentemente interrompidos, a contar do ato de remoção, em caso de êxito.

5.1.1. O servidor lotado provisoriamente ou em exercício provisório deverá acessar o sistema Hórus com o login e senha do ramo de origem.

5.2. O servidor licenciado sem remuneração poderá participar do presente certame, ficando a licença consequentemente interrompida em caso de êxito.

5.3. O servidor removido deverá permanecer por, no mínimo, 1 (um) ano na nova sede, ressalvados os casos de remoção no interesse da Administração.

5.4. A unidade de Gestão de Pessoas de origem deverá adotar as providências necessárias à apresentação dos servidores de seus quadros, que obtiverem êxito no certame, que se enquadram nas hipóteses previstas nos itens 5.1 e 5.2, à unidade de destino.

5.5. A unidade de destino deverá informar, imediatamente, por meio de ofício, à Secretaria de Gestão de Pessoas do ramo respectivo a apresentação dos servidores removidos.

5.6. As despesas decorrentes da mudança para a nova unidade de lotação correrão integralmente por conta do servidor.

5.7. O período de trânsito será de 15 (quinze) dias, devendo o deslocamento ser iniciado após decorridos 5 (cinco) dias úteis de exercício do novo servidor, configurando falta grave para fins disciplinares, sem prejuízo de outras penalidades administrativas, a permanência na unidade de origem após o início do prazo definido para o deslocamento.

5.7.1 Nos casos em que o reposicionamento enseje a remoção de candidatos entre unidades recíprocas, as chefias das unidades envolvidas terão 15 (quinze) dias, a contar da publicação do Resultado Final, para informar à Secretaria de Gestão de Pessoas o prazo acordado entre elas para liberação dos servidores removidos. Não se atendendo ao prazo estipulado, será de competência da Secretaria de Gestão de Pessoas, obedecendo-se aos critérios de razoabilidade e proporcionalidade, a propositura de tal lapso temporal.

5.8. Não é devido período de trânsito a servidor que não altere efetivamente sua residência e em casos de remoção para municípios limítrofes.

5.9. Na hipótese de o servidor encontrar-se legalmente afastado, o prazo de deslocamento para a nova sede será contado a partir do término do afastamento (art. 18, § 1º, Lei n.º 8.112, de 11/12/1990).

5.10. O candidato poderá obter informações e sanar dúvidas referentes a este instrumento convocatório por meio do endereço eletrônico: [concursosderemocao@mpu.mp.br](mailto:concursosderemocao@mpu.mp.br).

5.11. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

ELIANA PERES TORELLY DE CARVALHO

